



## POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL E A PREVENÇÃO DA CÁRIE INFANTIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SUS

National oral health policy and the prevention of childhood caries: advances, challenges and perspectives in the SUS

Access this article online	
<b>Quick Response Code:</b>	
	<b>Website:</b> <a href="https://periodicos.uff.br/ijosd/article/view/67222">https://periodicos.uff.br/ijosd/article/view/67222</a>
	<b>DOI:</b> 10.22409/ijosd.v2i70.67222

**Autores:**

**Letícia Tatagiba Teixeira**

Cirurgiã-dentista graduada em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense

**João Pedro Mendonça da Costa**

Cirurgião-dentista graduado em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense

**Telma Regina da Silva Aguiar**

Mestrado em Odontologia - Endodontia pela UFRJ. Doutorado em Odontologia - Periodontia USP. Professora Associada do Departamento de Odontoclínica ( Disciplina de Periodontia ) – Universidade Federal Fluminense

**Mônica Pestana Gomes**

Mestrado em Odontologia -Odontopediatria pela UFRJ. Doutorado em Ciências e Biotecnologia pela UFF. Professora Associada do Departamento de Odontoclínica ( Disciplina de Odontopediatria) – Universidade Federal Fluminense

**Tereza Cristina Almeida Graça**

Mestrado em Odontologia (Odontologia Social) pela UFF. Doutorado em Odontologia (Odontologia Social ) pela UFF. Professora Associada do Departamento de Odontoclínica ( Disciplina de Odontopediatria) – Universidade Federal Fluminense

**Instituição na qual o trabalho foi realizado:** Universidade Federal Fluminense

**Endereço para correspondência:** Letícia Tatagiba Teixeira. Rua Marechal Cantuária182, apto 303, Urca. Rio de Janeiro, RJ.CEP: 22291060

**E-mail para correspondência:** [letatagiba@id.uff.br](mailto:letatagiba@id.uff.br)



## RESUMO

A saúde bucal no Brasil passou por mudanças significativas com a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), especialmente através do programa Brasil Soridente. Integrada ao Sistema Único de Saúde (SUS), a PNSB expandiu o acesso a serviços odontológicos e promoveu ações preventivas, beneficiando principalmente as populações vulneráveis. No entanto, a cárie dentária infantil permanece como um dos maiores desafios de saúde pública, devido às suas implicações no bem-estar físico, emocional e social das crianças. Fatores como baixa renda, escolaridade dos responsáveis e desigualdades regionais estão associados à alta prevalência de cárie na infância. O subfinanciamento do SUS, a distribuição desigual de serviços odontológicos e a escassez de profissionais em áreas remotas dificultam o acesso aos cuidados, exacerbando as desigualdades regionais. Entretanto, iniciativas como a criação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), a ampliação das Equipes de Saúde Bucal (ESB) na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e programas intersetoriais como o Saúde na Escola têm contribuído para promover a educação em saúde bucal e reduzir os índices de cárie em crianças. Essa revisão narrativa de literatura objetivou compreender as dificuldades do acesso aos serviços públicos de saúde bucal no Brasil, com ênfase na saúde bucal infantil.

**Palavras-chave:** assistência odontológica, serviços de saúde, cárie dentária.

## ABSTRACT

Oral health in Brazil has undergone significant changes with the implementation of the National Oral Health Policy (PNSB), especially through the Brasil Soridente program. Integrated into Sistema Unico de Saúde (SUS), the PNSB expanded access to dental services and promoted preventive actions, primarily benefiting vulnerable populations. However, childhood dental caries remains one of the biggest public health challenges due to its implications on the physical, emotional, and social well-being of children. Factors such as low income, the education level of caregivers and regional inequalities are associated with the high prevalence of caries in childhood. The underfunding of SUS, the unequal distribution of dental services, and the shortage of professionals in remote areas hinder access to care, exacerbating regional inequalities. However, the creation of Dental Specialty Centers (CEOs), the expansion of Oral Health Teams (ESB) within the Family Health Strategy (ESF), and intersectional programs like Health in School have contributed to promoting oral health education and reducing caries rates in children. A narrative review was conducted to understand the difficulties



in accessing public oral health services in Brazil, with an emphasis on children's oral health.

**Keywords:** dental care, health services , dental caries.

## INTRODUÇÃO

A saúde bucal, indissociável da saúde geral, revela-se de particular importância na infância, período marcado pela erupção dentária decídua e permanente e consolidação de hábitos de higiene oral. Nesse contexto, a cárie dentária emerge como uma das principais doenças bucais a afetar crianças, sendo sua prevalência significativamente influenciada por um conjunto de fatores complexos, dentre os quais se destacam o acesso a serviços de saúde bucal de qualidade, a educação em saúde oral e as condições socioeconômicas e culturais (NUNES; PEROSA, 2017). Deve-se ressaltar que trata-se de uma doença de etiologia complexa, mas que pode ser prevenida (OLIVEIRA; SOUZA et al., 2014).

A situação socioeconômica tem um impacto significativo no controle e prevenção da cárie dentária (OLIVEIRA; SOUZA et al., 2014). É notório que o menor acesso à informação impacta diretamente no desenvolvimento de melhores hábitos de saúde. A desinformação, aliada a buscas equivocadas na internet, muitas vezes introduzem erros de conduta que são adquiridos e tidos como verdadeiros. A dificuldade de receber orientações corretas dos profissionais de saúde diretamente, cria esta dificuldade em refletir sobre informações muitas vezes sem qualquer respaldo científico.

É fundamental o acesso a informações e orientações preventivas em saúde bucal para a adoção de comportamentos adequados de higiene, além de evitar o consumo de açúcar antes dos 2 anos de idade (PITTS; BAEZ et al., 2019) e ter uma alimentação saudável com restrição de açúcares (OLIVEIRA et al., 2014).

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é a chave para a melhoria de saúde da população. A caracterização do SUS neste estudo permitiu uma análise da organização e do seu funcionamento, com destaque para a Política Nacional de Saúde Bucal (PNAB) e sua importância na garantia do acesso e à integralidade da atenção à saúde bucal. Foram descritos os Serviços Odontológicos Disponíveis no SUS, visando conhecer as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças bucais, tratamento de lesões e condições bucais. Acesso aos Serviços de Saúde Bucal, foram abordados através das principais barreiras



que dificultam o acesso da população aos serviços de saúde bucal, tais como a falta de profissionais qualificados, a insuficiência de recursos materiais e financeiros, a distância geográfica dos serviços, a dificuldade de agendamento de consultas e a complexidade do sistema de referência e contra-referência que são fundamentais para o acompanhamento integral dos usuários (BRASIL, 2004).

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão narrativa de literatura, a fim de aprofundar a compreensão sobre o impacto das dificuldades do acesso aos serviços públicos de saúde bucal no Brasil, com ênfase na saúde bucal infantil e suas possíveis consequências negativas.

## REVISÃO DE LITERATURA

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1990 com o objetivo de assegurar o acesso igualitário e universal à saúde no Brasil. A saúde bucal foi integrada ao SUS em 2004, com a meta de elevar a qualidade dos serviços odontológicos e reduzir as desigualdades existentes (BRASIL, 2004; BRASIL, 2018).

A criação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) visou complementar o atendimento básico, oferecendo tratamentos especializados para casos mais complexos. Contudo, a concentração desses centros em áreas urbanas limita o acesso de populações em regiões mais remotas. (BRASIL, 2008; MOYSÉS; PUCCA JUNIOR *et al.*, 2013; BRASIL, 2018; LOPES; SANTOS *et al.*, 2023; BRASIL, 2024 ).

Os principais desafios do sistema são as dificuldades de ingresso nos serviços de saúde bucal devido a barreiras geográficas, a escassez de unidades de saúde em áreas rurais e a falta de transporte. Também deve ser considerada a carência de profissionais qualificados, que dificultam o acesso da população aos cuidados odontológicos (MATTOS; FERREIRA *et al.*, 2014). A falta de informação e a subvalorização da saúde bucal pela população também contribuem para essa problemática. A Política Nacional de Saúde Bucal, embora tenha estabelecido diretrizes para a oferta de serviços, como consultas preventivas e curativas, não conseguiu eliminar as disparidades regionais na infraestrutura e na disponibilidade de profissionais, impactando negativamente, sobretudo, a prevenção e o tratamento da cárie em crianças (SANTOS; LIMA *et al.*, 2023; BRASIL, 2024).



O atendimento odontopediátrico exige abordagens específicas, como o uso de técnicas de manejo comportamental, técnicas específicas de tratamento em dentes decíduos e a criação de um ambiente acolhedor para crianças. Essas estratégias são fundamentais para fortalecer a relação de confiança entre profissionais e pacientes, além de promover a adesão ao tratamento e evitar a evasão. Programas como o Brasil Soridente têm buscado integrar essas práticas às ações de saúde pública, de forma a alcançar mais usuários na fase infanto-juvenil e mantê-los sob vigilância. Esse esquema tem como objetivo diminuir a incidência de cárie e diminuir a porcentagem de crianças com complicações odontológicas (MELO; SOUZA *et al.*, 2011; BRASIL, 2024).

A cárie dentária é uma das doenças mais prevalentes na infância, com impactos significativos na saúde geral, na qualidade de vida e no desempenho social e escolar das crianças. A repercussão desta condição é agravada por desigualdades sociais e regionais no Brasil; a falta de acesso a serviços odontológicos básicos, aliada à baixa escolaridade dos pais/responsáveis e à ausência de água fluoretada, contribuem para a alta prevalência da doença. Pesquisas com pré-escolares (ARAÚJO; SILVA *et al.*, 2024) demonstraram que a cárie dentária interfere negativamente no bem-estar geral, afetando domínios como a alimentação, o sono e as relações sociais. A dor crônica e as infecções bucais associadas à doença atuam como barreiras para o desenvolvimento pleno infantil.

A expansão das ações da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) tem sido acompanhada por uma redução significativa na morbidade bucal, principalmente em áreas urbanas. A introdução de ações preventivas e curativas nos sistemas de saúde locais, como a ampliação do acesso a serviços odontológicos e a incorporação de programas de educação em saúde bucal, tem sido fundamental para reduzir as disparidades regionais e melhorar a saúde bucal da população, especialmente em grupos vulneráveis. Com a implementação da PNSB no período de 2003 a 2014, pode se dizer que o Brasil ganhou uma contribuição para a expansão e qualificação dos serviços de saúde bucal, com destaque para a ampliação das Estratégias em Saúde da Família (ESF) e a criação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Essas medidas resultaram em avanços na prevenção de cáries, principalmente na infância, e fortaleceram a integração entre a saúde bucal e a atenção primária à saúde. Contudo, o período foi marcado por desafios persistentes, como o subfinanciamento da política e as desigualdades regionais no acesso aos serviços odontológicos (CHAVES; ALMEIDA *et al.* (2017); MOTA; OLIVEIRA *et al.*, 2020; SOUZA; KUSMA *et al.*, 2021; OLIVEIRA; FARIAS *et al.* 2022).



A implementação da PNSB no início dos anos 2000 foi crucial para enfrentar as desigualdades no acesso à saúde bucal no Brasil. Medidas como a fluoretação da água e a expansão dos serviços odontológicos contribuíram substancialmente para a melhoria da qualidade de vida, especialmente nas regiões mais vulneráveis. No entanto, o subfinanciamento do SUS permanece uma barreira significativa para a consolidação dessas políticas, prejudicando sua eficácia a longo prazo (ANTUNES; NARVAI, 2010).

Indubitavelmente, as políticas públicas influenciam na redução das desigualdades na saúde bucal. Porém, mesmo que a Política Nacional de Saúde Pública (PNSB) tenha gerado avanços significativos, fatores socioeconômicos e a distribuição desigual dos serviços odontológicos ainda impactam negativamente a saúde bucal das crianças. A cárie dentária é mencionada como uma doença que claramente reflete essas desigualdades estruturais (OLIVEIRA; SOUZA *et al.* 2014).

Uma análise abrangente das políticas públicas de saúde bucal direcionadas às crianças no Brasil ao longo da história foi realizada e constatou-se que a PNSB conseguiu expandir significativamente o acesso aos serviços odontológicos, além de incorporar diversas ações preventivas, como o programa Saúde na Escola (PSE). Esse programa foi essencial para promover a educação em saúde bucal nas escolas, integrando práticas de prevenção diretamente no cotidiano das crianças. Entretanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir a efetividade contínua dessas políticas. Dentre os principais desafios futuros, aponta-se a necessidade urgente do fortalecimento à atenção primária à saúde. Isso implica não apenas melhorar a infraestrutura dos serviços de saúde bucal, mas também capacitar os profissionais de saúde para atender de maneira mais eficaz as necessidades da população infantil (MOTA; OLIVEIRA *et al.* 2020). Outro ponto crucial é a garantia de um financiamento adequado e sustentável para as políticas de saúde bucal, pois sem um suporte financeiro consistente, é difícil manter e expandir os programas que têm se mostrado eficazes na promoção da saúde bucal entre as crianças (NUNES; PEROSA, 2017).

O Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008) apresenta uma visão abrangente das diretrizes estabelecidas para a promoção da saúde bucal no Brasil, refletindo o compromisso com a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população. Este documento enfatiza a importância crucial das Equipes de Saúde Bucal dentro da Estratégia Saúde da Família. As ESB desempenham um papel vital ao serem responsáveis por uma gama de ações educativas, preventivas e curativas que visam garantir uma melhor saúde bucal para todos os cidadãos. As ações educativas promovidas pelas ESB incluem a

conscientização sobre a importância da higiene bucal, a promoção de hábitos saudáveis desde a infância e a realização de campanhas de prevenção contra doenças bucais comuns, como a cárie e a gengivite. Essas iniciativas são fundamentais para informar e educar a população sobre como manter uma boa saúde bucal ao longo da vida. Além disso, as ações preventivas realizadas pelas ESB englobam a aplicação de flúor, a selagem de fissuras dentárias e a realização de check-ups regulares, que são essenciais para a detecção precoce e o tratamento imediato de problemas dentários (MOTA; OLIVEIRA *et al.*, 2020). Outra ação que merece destaque na prevenção da cárie dentária na primeira infância é o Plano Nacional de Garantia de Acesso ao Pré Natal Odontológico no SUS implementado, PORTARIA MS Nº 4.058, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022. Este corrobora a necessidade de desmistificar a odontologia na gravidez, objetivando torná-la rotineira e apresenta como diretrizes garantia do acesso livre das gestantes ao atendimento odontológico na Atenção Primária à Saúde (APS), além de orientar gestantes sobre a importância do cuidado em saúde bucal para a sua saúde e a do bebê, dentre outros. A orientação sobre cuidados preventivos antes do nascimento, evita a perpetuação de hábitos desfavoráveis à saúde infantil, podendo contribuir para a disseminação de informações baseadas em evidências científicas, pelas próprias gestantes, que favoreçam a qualidade de vida na comunidade. Além de potencializar o atendimento odontológico na gestação, os municípios recebem repasses financeiros, podendo investir na melhoria dos serviços prestados (BRASIL, 2022).

No que tange às ações curativas, as ESB fornecem atendimento odontológico essencial, incluindo restaurações, tratamentos de canais radiculares e extrações dentárias, quando necessário. Este atendimento integral é crucial para tratar doenças bucais e prevenir complicações mais graves, contribuindo significativamente para a saúde geral da população. Ademais, o Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2022) destaca a importância dos programas intersetoriais que promovem a saúde bucal desde a infância, sublinhando a necessidade de uma abordagem integrada que inclua diferentes setores da sociedade. Um exemplo notável é o fortalecimento da parceria entre os setores de saúde e educação, que tem se mostrado eficaz na promoção de uma saúde bucal adequada desde os primeiros anos de vida. A colaboração entre escolas e unidades de saúde permite a implementação de programas educativos que ensinam às crianças a importância da higiene bucal e incentivam práticas preventivas diárias (OLIVEIRA; JORGE, 2023).

Essa abordagem intersetorial não apenas facilita o acesso das crianças às informações e serviços de saúde bucal, mas também garante que as práticas de higiene bucal sejam reforçadas tanto no ambiente escolar quanto em casa. Ao envolver pais, educadores e profissionais de saúde em um esforço conjunto, cria-



se uma rede de suporte que beneficia a saúde bucal das crianças de maneira abrangente e duradoura.

Em suma, o SUS tem avançado na oferta de serviços de saúde bucal, porém enfrenta desafios significativos como a desigualdade no acesso, a deficiência de infraestrutura, a escassez de profissionais, o subfinanciamento e o cercear da saúde bucal pelo usuário.

## METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão narrativa de literatura e para sua realização foram utilizados artigos encontrados nas bases de dados: Scielo(<https://scielo.org/>), Pubmed (<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>) e BVS (<https://bvsalud.org/>). Na seleção foram utilizados os seguintes descritores: Dental care, Health services e Dental caries. Esta seleção ocorreu através da plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Pesquisaram-se descritores de modo individual e em seguida, foram feitas diversas buscas com cruzamentos entre eles utilizando o operador booleano “AND”, sendo selecionados artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Trabalhos publicados entre 2004 e 2024 que ofereceram, dentro do tema proposto, os descritores citados no resumo e título; trabalhos em inglês, português e espanhol, foram consideradas no critério de inclusão. Os critérios de exclusão foram: teses e monografias.

## DISCUSSÃO

A avaliação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2024), em seu vigésimo aniversário, evidencia o crescimento no acesso aos serviços odontológicos primários, especialmente através do programa Brasil Soridente. Esse programa colaborou com a redução das desigualdades e melhorou a qualidade de vida da população com a aplicação de medidas preventivas, tais como a fluoretação da água e a distribuição de kits de higiene bucal, anunciando um impacto positivo na saúde bucal da população, com redução dos indicadores de morbidade, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. Todavia, o documento aponta a persistência de iniquidades em saúde bucal, questionando a manutenção de investimentos e a expansão da cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a universalização e a continuidade das ações confirmam a evolução da saúde bucal no SUS, avaliando os progressos e os obstáculos enfrentados pela PNSB, destacando que a política teve sucesso em integrar ações preventivas e

curativas, bem como em promover a capacitação de profissionais. No entanto, apontam que a desigualdade na distribuição dos serviços odontológicos e o subfinanciamento continuam a ser problemas críticos que limitam a eficácia dessas políticas de saúde bucal, especialmente em regiões mais remotas do país que tendem a ter um número maior de habitantes, sem facilidade ao acesso devido a região como o Norte e o Nordeste.

Chaves; Almeida *et al.* (2017) pesquisaram de forma abrangente a política de saúde bucal no Brasil entre 2003 e 2014, tratando o cenário, as ações, as propostas e seus resultados. Eles enfatizaram que durante esse período, desenrolou-se um aumento significativo no acesso aos serviços odontológicos oferecidos pela Atenção Básica (AB) e na implementação de programas de prevenção e educação em saúde bucal. Os resultados indicaram muitas melhorias na saúde bucal da população, mas também salientaram a necessidade de continuar investindo em infraestrutura e capacitação profissional para sustentar esses avanços (MOTA; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Souza e colaboradores (2021) analisaram a implantação da PNSB e seus resultados durante a primeira década do século XXI, revelando que esta política teve um papel de extrema importância na redução da morbidade bucal nas capitais brasileiras, entretanto, também destacou a necessidade de aprimorar as estratégias para garantir a equidade no acesso aos serviços odontológicos.

Santos *et al.* (2023) identificaram rupturas significativas no cenário da saúde bucal entre 2018 e 2021, referidas principalmente à instabilidade política e aos cortes de financiamento. O estudo expôs que os avanços tecnológicos e as novas políticas implementadas não foram suficientes para suavizar os impactos negativos desse cenário, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Os autores concluíram que a área da saúde bucal precisa que as políticas públicas sejam resilientes e com maior investimento para enfrentar os desafios atuais, principalmente se desejam ter um crescimento exponencial no futuro nos números de casos tratados e controlados.

Embora a PNSB tenha proporcionado avanços consideráveis, a persistência das desigualdades e a necessidade de maior investimento deixam claro que ainda há muito a ser feito para garantir o acesso inclusivo, solidário e universal aos cuidados odontológicos. É fundamental que as políticas públicas continuem a evoluir, considerando as particularidades regionais e buscando soluções inovadoras para superar os desafios existentes (BRASIL, 2024).

Lopes, Santos *et al.* (2023) investigaram o impacto do programa Brasil Soridente na saúde bucal infantil, observando que houve uma redução significativa na



incidência de cáries entre crianças atendidas pelo SUS. Esses avanços são atribuídos às ações educativas e preventivas implementadas nas escolas e comunidades. Entretanto, o estudo também alerta para a necessidade de continuidade dessas ações e de um maior investimento em regiões com menor cobertura de serviços odontológicos, para consolidar os benefícios obtidos.

Oliveira e Jorge (2023) reforçam que o ambiente escolar é o espaço mais adequado para a implementação de programas de promoção da saúde bucal e sua prevenção, considerando que as crianças serão os protagonistas no autocuidado, sendo constantemente motivadas, além de incluir um monitoramento que permitirá o diagnóstico precoce e pronto tratamento.

A educação em saúde na gestação pode contribuir fortemente para a prevenção da cárie dentária na primeira infância e influenciar em hábitos mais saudáveis de saúde que impactarão na vida adulta (BRASIL, 2022).

Araújo, Silva *et al.* (2024) analisaram o impacto da cárie dentária na qualidade de vida de pré-escolares, destacando como esta condição afeta o bem-estar físico, emocional e social das crianças. Trazendo a visão de que embora a cárie seja um inconveniente muito popular em situações de vulnerabilidade econômica, a falta de táticas integrativas entre educação e saúde traz dificuldades em termos de avanços. Embora seja uma condição evitável, a cárie e sua alta incidência reflete falhas no acesso a políticas públicas efetivas e na adesão a práticas preventivas em saúde bucal.

Melo e colaboradores (2011) pesquisaram sobre o impacto da Estratégia Saúde da Família (ESF) na prevalência de cárie dentária em pré-escolares no Recife. O estudo demonstrou que, embora a ESF tenha contribuído para a melhoria do acesso aos serviços de saúde bucal, fatores sociodemográficos e comportamentais, que influenciaram a ocorrência da cárie dentária, ainda estão presentes na população. Esses fatores foram aprofundados por Nunes e Perosa (2017), que avaliaram a doença em crianças de cinco anos, identificando e destacando os fatores supracitados. Os resultados revelaram que crianças de famílias com vulnerabilidade econômica e menor nível de escolaridade dos responsáveis apresentaram maior prevalência de cárie. A pesquisa também evidenciou a importância de práticas preventivas, como a escovação regular e o uso de flúor, na prevenção da cárie.

Dessa forma, ressalta-se que para políticas públicas sejam eficazes é necessário direcionamento popular, objetivando promover ações preventivas e educativas que reduzam as desigualdades de acesso em saúde bucal. A superação desses



obstáculos é fundamental para garantir o direito à saúde bucal de forma universal, integral e com equidade.

A instabilidade econômica e os cortes de financiamento no sistema de saúde podem comprometer os avanços alcançados, tornando-se uma barreira significativa para a consolidação de práticas preventivas e curativas de longo prazo. O fortalecimento das políticas públicas de saúde bucal precisa de um compromisso contínuo com a melhoria da atenção primária, a integração de novas tecnologias e a garantia de financiamento adequado. Somente assim será possível proporcionar a todas as crianças brasileiras o acesso equitativo a cuidados odontológicos de qualidade

## CONCLUSÃO

Com base nos artigos analisados, pode-se perceber avanços significativos na saúde bucal no Brasil, especialmente após a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) e suas diversas ações preventivas. A PNSB, integrada ao SUS, foi uma resposta às desigualdades no acesso aos serviços odontológicos no país, proporcionando uma série de iniciativas que buscaram melhorar a qualidade de vida da população, particularmente em áreas mais vulneráveis. Contudo, apesar desses progressos, persistem obstáculos substanciais que precisam ser enfrentados para que o impacto positivo dessas políticas possa ser plenamente consolidado. Um dos principais desafios é o financiamento insuficiente do SUS, que compromete a continuidade e a eficácia das ações preventivas e curativas. O subfinanciamento impede a expansão necessária dos serviços e limita os recursos disponíveis para a capacitação de profissionais e a atualização tecnológica dos equipamentos odontológicos. Além disso, as desigualdades regionais representam um obstáculo significativo. Regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil enfrentam uma distribuição desigual dos serviços odontológicos, resultando em um acesso limitado para as populações dessas áreas.

Na presença das estratégias fundamentais, destaca-se a necessidade de ampliar o acesso aos serviços odontológicos, garantindo que todas as regiões do país possam se beneficiar igualmente das políticas de saúde bucal, incluindo o fortalecimento da atenção primária, que deve ser vista como a base para a promoção de uma saúde bucal integrada e contínua. Desse modo, para garantir uma saúde bucal de qualidade e equitativa, é essencial um compromisso político contínuo que possibilite a expansão e a sustentabilidade das ações preventivas e curativas. Somente com uma abordagem integrada e intersetorial com um esforço coletivo será possível proporcionar às crianças brasileiras a

oportunidade de crescerem livres das consequências prejudiciais da cárie dentária, promovendo, assim, uma melhoria significativa na saúde bucal do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. NUNES, VH; PEROSA, GB. Cárie dentária em crianças de 5 anos: fatores sociodemográficos e comportamentais associados. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2017; 22 (1). DOI:<https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.13582015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/848y5BFXvzG5h7RSVVLDF8p/#top>. Acessado em 20 nov. 2024.
2. OLIVEIRA, RCN; SOUZA, JGS; OLIVEIRA, CC; OLIVEIRA, LFB; POPOFF, DAV; MARTINS, AMEBL; ALMEIDA, ER. Acesso a orientações de higiene bucal entre escolares da rede pública de ensino. **Revista de Odontologia da UNESP**. 2014; 43 (6): . 414–420. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rounesp/a/9tDhLgDMYWSfwB5zSkx7DXJ/?lang=pt#ModalHowcite>. Acessado em 20 nov. 2024.
3. PITTS N; BAEZ R; DIAZ-GUALLORY, C, et al. Early Childhood Caries: IAPD Bangkok Declaration. **Int J Paediatr Dent**. 2019; 29:384-386. Disponível em:<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31395110/es>. Acessado em 20 nov. 2024.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Bucal: Brasil Soridente**. Brasília: Ministério da Saúde. 2004. DOI: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoess-e-programas/saude-bucal>. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoess-e-programas/saude-bucal>. Acessado em 5 nov. 2024.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 350 p. : il. DOI: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_bucal\\_sistema\\_unico\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf). Acessado em 5 nov. 2024.

6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Bucal. Cadernos de Atenção Básica.** 2008; 17. DOI: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_bucal.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf). Acessado em 6 nov. 2024.
7. MOYSÉS, SJ; PUCCA JUNIOR, GA; PALUDETTO JUNIOR, M; MOURA, L. Avanços e desafios à política de vigilância à saúde bucal no Brasil. **Rev. Saúde Pública.** 2013; 47, (Suppl 3). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004329>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qn3xwVzSzGR7ZbJnSywTzkm/?lang=pt#top> Acessado em: 10 nov. 2024.
8. LOPES GC; SANTOS, AP; FERREIRA, ML. Impacto do Brasil Soridente na saúde bucal infantil no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva.** 2023; 27 (6): 1183-1198. Disponível em: [http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-40122013000100011](http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-40122013000100011). Acessado em 9 nov. 2024.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 4.058, de 22 de novembro de 2022.** DOI: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4058\\_19\\_12\\_2022.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4058_19_12_2022.html).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Soridente: 20 anos da Política Nacional de Saúde Bucal.** 2024 DOI: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/brasil-soridente-pais-celebra-20-anos-da-politica-nacional-de-saude-bucal>. Acessado em 9 nov. 2024.
11. MATTOS GCM; FERREIRA, EF; LEITE, ICG; GRECO, RM. A inclusão da equipe de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: entraves, avanços e desafios. **Ciênc. saúde coletiva.** 2014; 19 (2). DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.21652012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XG6xk9fSzpV47wjsrWYf6zN/abstract/?lang=pt#top>. Acessado em 24 nov. 2024.
12. SANTOS, LPS; LIMA, AMFS; CHAVES, SCL; VILELA, DMOC; VALENTE, APPC; ROSSI, TRA. Transformações e rupturas na saúde bucal: um panorama de 2018 a 2021. **Ciênc. saúde coletiva.** 2023; 28 (5). DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.14002022>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/swGZDhJkzT8wx9Cx7XF9cqG/?lang=en#top>. Acessado em: 8 nov. 2024.

13. MELO, MMDC; SOUZA, WV; LIMA, MLC; BRAGA, C. Factors associated with dental caries in preschoolers in Recife, Pernambuco State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública.** 2011; 27(3): 471–485. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102311X2011000300008>. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31250>, Acessado em: 20 nov.2024.
14. ARAÚJO, MM; SILVA. RF; LIMA, MD. Impacto da cárie dentária na qualidade de vida de pré-escolares. **Rev. Tem. – Actas de Saúde Coletiva.** 2024; 15 (4): 125-138. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04712018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/znmqWZcP7wCsc6rbGbKgCkh/#top>. Acessado em 23 nov. 2024.
15. CHAVES, SCL; ALMEIDA, AMFL; ROSSI, TRA; SANTANA, SF; BARROS, SG; SANTOS, CML. Política de Saúde Bucal no Brasil 2003-2014: cenário, propostas, ações e resultados. **Ciência & Saúde Coletiva.** 2017; 22 (6): 987-999. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.18782015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HF35D4yfJJxCsD37K6BWhLD/?lang=pt#top> Acessado em: 21 nov.2024.
16. MOTA K; OLIVEIRA, ACN; HEIMER, MV; MOREIRA, ARO; PUGLIESE, DMC; SANTOS JUNIOR, VE. Políticas públicas de saúde bucal para crianças: perspectiva histórica, estado da arte e desafios futuros. **Research, Society and Development.** 2020; 9 (11): 1-30. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/347048090\\_Politicas\\_publicas\\_de\\_saude\\_bucal\\_para\\_criancas\\_perspectiva\\_historica\\_estado\\_da\\_arte\\_e\\_desafios\\_futuros](https://www.researchgate.net/publication/347048090_Politicas_publicas_de_saude_bucal_para_criancas_perspectiva_historica_estado_da_arte_e_desafios_futuros). Acessado em 05 nov.2024.
17. OLIVEIRA, LBJ ; JORGE, MSB. Estratégias para a prevenção e promoção de saúde bucal em crianças na atenção primária à saúde. **Revista em Saúde.** 2023; 4 (3). Disponível em: <https://ime.events/conaps2023/pdf/23146>. Acessado em: 20 nov. 2024.
18. SOUZA, GCA; KUSMA, S Z; MOYSÉS, SJ; RONCALI, AG. Implantação da Política Nacional de Saúde Bucal e sua influência sobre a morbidade bucal em capitais brasileiras na primeira década do século XXI. **Cad.**



- Saúde Pública** .2021; 37(12). DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00320720>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G5vMHmwsf3NtXZfMGyPYDkQ/?lang=pt#top>. Acessado em 10 nov.2024.
19. OLIVEIRA MTP; FARIAS, MR; VASCONCELOS, MIO; BRANDÃO, IR. Os desafios e as potencialidades da saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: uma análise dos processos de trabalho. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**. 2022; 32(1). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320106>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/BGG7znsRCFRXLvLnctyTrwS/#top>. Acessado em: 20 nov. 2024.
20. ANTUNES, JLF ; NARVAI, PC. Políticas de saúde bucal no Brasil e seu impacto sobre as desigualdades em saúde. **Rev Saúde Pública**. 2010; 44(2): 360-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dhTDjrQxGYzNpx7bhZHtmTr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 30 out. 2024.